

Nair de Nazaré Castro Soares
Santiago López Moreda
Coordenação



énese e
Consolidação da
Ideia de Europa

Vol. IV
Idade Média e Renascimento



• COIMBRA 2009

PEDAGOGIA E DIDÁCTICA DO HOMEM NOVO: Outra retórica para uma nova sociedade

J. ESTEVES REI

(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vimos defendendo duas posições relativamente à retórica que, neste texto, se apresentam como pressupostos. A primeira é a de que esta disciplina evolui no tempo e constitui uma unidade desde a Antiguidade Clássica até ao nosso tempo. A segunda, decorrente da anterior, é a de que não se verifica qualquer morte ou ressurreição da *retórica*, mas, antes, se constituem três retóricas concomitantes, desde que surge uma nova, devendo-se esta ao surgimento de substanciais alterações na *sociedade*, as quais se repercutem na nossa disciplina e na *escola*. Estes são os ângulos do triângulo retórico que na sua tripla configuração dá conta da evolução histórica da Grécia até aos nossos dias.

Neste artigo¹, abordamos aquela que denominámos segunda retórica, “romântica” ou a retórica literário-cultural.

I. A SOCIEDADE

As mudanças sociais verificadas nos séculos XV e XVI são produto da conjugação de uma série de factores ou acontecimentos como a formação do “Estado burocrático e centralizado de matiz mercantilista” (Godinho, 1963 I: 11), o regime político baseado no absolutismo, o papel crescente da imprensa, a renovação e autonomia das práticas filosóficas, culturais e científicas, tal como a questão religiosa, isto é, a Reforma e a Contra-Reforma.

Por outro lado, o homem do Renascimento vê-se fustigado por uma série de experiências, viagens, intercâmbios culturais, na Europa e fora dela, envolve-se

¹ Este artigo é subsidiário do desenvolvimento que damos ao tema em *Retórica e Sociedade*, Lisboa, IIE, 1998.

em grupos e clubes de elites à procura apaixonada de “certezas religiosas e intelectuais, que conduzem a uma renovação espiritual de que saem o Humanismo, as reformas religiosas, a Renascença” (Corvisier, 1977 III: 25). Por último, a fachada atlântica da Europa lança-se na grande empresa das Descobertas, criando o comércio mundial e impondo a nova concepção do mundo (Corvisier, 1977 III: 25-26).

Surge, assim, o Estado moderno, apoiado em duas figuras, o nobre e o burguês, das quais vão sair os oficiais que servem o rei tanto na governação central como na administração provincial e colonial: desde a cobrança de impostos e a administração da justiça ao serviço no exército.

O poder continua centrado na realeza, tornando-se mesmo absolutista e tendo a sua doutrina sido desenvolvida por Maquiavel que, retoricamente, perguntava: “Que é um governo, senão o meio de *dominar* os súbditos?” (Almeida, 1969: 25). Nestas circunstâncias, a política assenta mais na técnica que na explicação e, longe de qualquer vivência democrática ela não dá azo a “qualquer discussão acerca dos seus valores e dos seus fins” (Almeida, 1969: 25).

Surge um novo tipo de homem, o cortesão, cujo ideal Baldassare Castiglione (1478-1529) tentou encarnar e deixou consagrado em *O Cortesão*, ao qual os italianos chamam “o livro de ouro”. “O cortesão é um homem senhor de si, de elegância comedida e mesmo grave, antes de tudo afável e educado, desportivo, instruído e cuja conversação está isenta de pedantismo e grosseria.” (Corvisier, 1977 III: 56)

Também a questão da Reforma e a correspondente Contra-Reforma, mais do que uma simples oposição religiosa, reflectem realidades profundas da época. Com efeito o descrédito no poder salvífico das indulgências, a interiorização da religião, o divórcio entre a fé e a ciência, conduzem a uma secura de vida que deixa o homem do Renascimento insatisfeito.

Deste modo, vemos surgir o apego à Escritura como fonte de verdade, rejeitando a tradição católica e erigindo, assim, a Bíblia como o fundamento único da crença – o que é facilitado pela invenção da imprensa e pelas numerosas traduções nas línguas vulgares. Este retorno à Bíblia, influi e beneficia da interiorização da religião e, entre os humanistas, do método crítico de leitura de Lorenzo Valla, conduzindo ambos à crença na salvação pela fé, ao desprezo das acções individuais e à livre interpretação das Escrituras.

Ora a simpatia pelas novas ideias, mais próximas ou mais afastadas da Reforma, levou a que durante a primeira metade do século XVI, toda a Europa tenha sido varrida por uma onda de colégios, a maior parte deles municipais, cujos corpos directivos eram recrutados de entre “humanistas errantes muitas vezes influenciados pelas ‘novidades luteranas’ e os colégios tornaram-se rapi-

damente verdadeiras fortalezas protestantes” (Mesnard, *in* Chateau, 1956: 63). Estamos, assim, perante uma consolidação da Reforma, por toda a Europa, a qual, depois de se ter instalado nas instituições político-religiosas, alargava a sua influência às instituições pedagógicas, particularmente às universidades.

A acção de contra-reforma nessa área é entregue aos inicianos, os quais, uma vez chegados a Roma, para se colocarem à disposição do Papa, são encaminhados para a pedagogia e a missionação. A estratégia é rentabilizar a sua formação intelectual, adquirida em Paris, para conferenciar em defesa da ortodoxia doutrinária precisamente entre a juventude, nos colégios.

2. A RETÓRICA

Qual o papel reservado à retórica na sociedade que, brevemente, caracterizámos? A retórica foi sobretudo agente de mudança, tendo recuperado até algum espaço de que andava arredada e tendo obrigado a Dialéctica a deslocar-se, devido ao carácter pragmático do discurso retórico. Com efeito, a busca da verdade torna-se uma aguda questão individual, deixando de lado o caminho da *disputatio* medieval e da imposição seca dos dogmas, isto é, do raciocínio dialéctico, e optando pela laboriosa conquista pessoal, onde é indispensável o recurso ao raciocínio retórico, o entimema, recomendado pela sua aplicabilidade a situações práticas e pelo seu aspecto atraente (Orvieto, *in* Gravelli, 1991: 51)². A Retórica vê regressar da Gramática o estudo das figuras, que aí permanecia desde Donato, liberta-se da tipologia imposta pela Idade Média, ouve o apelo ao desenvolvimento da *elocutio*, isto é, da expressão, e, sobretudo, vê-se integrada na ciência civil pelos “mais famosos pedagogos do século XVI”, representando “o auge da formação integral do homem” (Orvieto, *in* Gravelli, 1991: 51). De facto, ela vai estar na origem de uma das maiores revoluções culturais do Ocidente – a cultura literário-pedagógico-didáctica, tendencialmente alargada às massas (Vico, *in* Gravelli, 1991: 54).

Portanto, não só não perde terreno, neste período, como inicia um alargamento da sua influência que, provavelmente, até hoje, ainda não parou: ela torna-se o palco de representação-acção já não apenas do orador, mas também do literato-intelectual-escriptor. Este, abraçando decididamente a língua nacional

² Como observa Orvieto (*in* B. M. Gravelli, *op. cit.*, p. 51): “o verdadeiro bem do homem é a verdade que consiste [...] numa fatigante conquista pessoal; esta implica primeiramente o domínio da eloquência, e, mais ainda, a reconquista da poesia [...]. Só pela valorização da *elocutio*, pela leitura dos textos e pela assimilação da grande tradição poética, poderá o homem restabelecer a ligação entre *res* e *verba*”.

e nesta desenvolvendo os géneros escritos em prosa, quer ser ouvido por reis e súbditos a quem pretende “agradar, instruindo” (Ménager, 1968: 24-28). Estamos perante o desenvolvimento dessa nova realidade, mais tarde apelidada, como já referimos, de “literatura”, seja sob a forma de ficção – talvez a mais frequente – seja sob a forma de relato histórico, seja, ainda, sob essa forma estranha, na época, de ensaio, como foi o caso de Montaigne, a qual assenta fundamentalmente sobre a leitura, o prazer dela extraído e a instrução daí decorrente, procurada quer pelo escritor quer pelo leitor.³

A ficção era o espaço de reflexões psicológicas e morais onde mesmo o público mais culto procurava o prazer e a instrução, como acontecia com o *Amadis de Gaula* “um dos maiores sucessos de livraria do tempo” (Ménager, 1968: 22). Tal como, mais tarde, para os clássicos, já no século XVI, aquilo que contistas e romancistas procuram é “simplesmente o prazer do leitor. Como a conversação, a literatura tem esta função importante de recrear e de divertir.” (Ménager, 1968: 28) A literatura, nessa época, é ainda vista por L. Lebvre como uma forma de “passar o tempo e de matar o aborrecimento ameaçador” (Ménager, 1968: 28). Todos os escritores pactuam com os romances de aventuras, mesmo aqueles que atribuíam à literatura uma missão mais elevada. Entre as razões deste facto, encontram-se aquelas que dizem respeito “ao valor moral destas obras” (Ménager, 1968: 28).⁴

O *relato histórico* reivindica nesta época, ao lado do estatuto literário, “que o distingue – pelo menos em princípio – dos escritos poético-romanesco” (Wolff, 1988 II: 87-88), outros títulos de nobreza: o dizer-verdadeiro e o bem-dizer, cujo estilo pode sumariamente ser apresentado por duas palavras: liber-

³ “A leitura foi [na época] para muitos o que ela é ainda hoje: um meio de evasão e de arejamento de ideias” (D. Ménager, *op. cit.*, p. 21). O que atraía os leitores, particularmente os pertencentes ao público mais popular, nessas epopeias feudais eram “os seus episódios movimentados, as proezas dos seus heróis, os seus encantadores e os seus mágicos, a sua cômica ou a sua franca sentimentalidade”, H. Coulet, (*ibid.*). Por outro lado, não havia um único escritor deste século que não se propusesse, de um modo ou de outro, a instrução dos seus semelhantes” (*ibid.*, p. 29).

⁴ *Ibid.* No desenvolvimento desta ideia, o autor recorre à autoridade de Jodelle – que explica a pedagogização desta nova retórica – quando escreve: “Os falsos combates, as falsas vitórias, quando se descrevem com bravura, (podem) moldar e encorajar a juventude tão bem como os mais verdadeiros acontecimentos de armas”. Conviria lembrar a primeira reflexão pedagógica relativa à leitura dos poetas realizada pelo grande filósofo-pedagogo greco-romano, Plutarco (em “Comment il faut que le jeune homme écoute la lecture des poètes”, in Plutarque, *Oeuvres Complètes et Oeuvres Diverses*, Trad. Victor Bétolaud, Paris, Librairie Hachette, 1870) precisamente no momento em que os imperadores Flávios criavam a escola pública e era necessário ensinar a ler essa quantidade cada vez maior de cidadãos que acorriam às escolas.

dade e leveza ou elegância. O primeiro aspecto tem a ver com a independência do formalismo estrutural, temático e estilístico – colocando em questão o primeiro passo da retórica clássica, a invenção; o segundo, diz respeito às prioridades impostas e às modalidades diversas, segundo os géneros e os meios sócio-culturais aos quais o bem-dizer deve adaptar-se. O historiador, tal como o escritor, como já vimos, sente-se investido de uma missão, a de agradar e instruir, o que faz da história “o lugar de um ensino, de uma pedagogia. O ‘sabor de doutrina’, de cavaleiresco e de heróico que ela [a história] tinha, orienta-se deliberadamente para o comentário moral, religioso e político.” (Wolff, 1988 II: 95, 91) É que a história é, como escreve o nosso João de Barros, um campo “onde está semeada toda a doutrina divinal, moral, racional e instrumental” (Saraiva e Lopes, 1976: 296) que, na expressão de A. José Saraiva e Óscar Lopes, “serve para alimentar a memória e o entendimento dos homens e levá-los a uma ‘justa e perfeita vida’”, sendo estas últimas palavras do autor das *Décadas*. Paralelamente, a originalidade do historiador alastra ao estilo em que elabora o comentário, a narração ou a descrição – “a invenção está na forma: o vocabulário, com os seus latinismos [...], as comparações eruditas, as frases com cadências regulares e ritmos estudados” (Wolff, 1988 II: 102).

Um outro género literário e outro autor se apresentam, neste período, como angariadores de novos espaços para a retórica: trata-se do *ensaio*, criado por Montaigne. Este facto é, aparentemente, tanto mais anacrónico quanto “Montaigne nunca perde ocasião de verberar o gosto da retórica, dos jogos de palavras que servem apenas para dissimular falta de pensamento” (Silva, *in* Montaigne, 1993: 80). É verdade que este autor é um crítico acérrimo da retórica clássica pois, como afirma, “Contanto que o nosso discípulo esteja bem provido de coisas, não lhe hão-de faltar as palavras: se não vierem a bem, virão a mal.” (Silva, *in* Montaigne, 1993: 80) Montaigne, porém, é um criador de novos espaços retóricos, portanto, da retórica do ensaio, que delimita desta forma: “Quero que as coisas venham ao de cima e que encham de tal modo a imaginação daquele que escuta que não se ponha a pensar nas palavras. A linguagem de que gosto é uma linguagem simples e natural, igual no papel e na boca; uma linguagem suculenta e nervosa, breve e cerrada, não tanto delicada e louçã como veemente e brusca. [...] antes difícil do que aborrecida, fora de afectação e de regras, descozida [sic], audaciosa; cada pedaço deve valer por si próprio; nem pedantesca nem fradesca, nem tribunalesca, antes soldadesca, como Suetónio chama à de Júlio César, embora eu não saiba muito bem porquê [...]. Não gosto de composição em que apareçam ligações e costuras, do mesmo modo que num corpo bem feito se não devem poder contar os ossos e as veias.” (Silva, *in* Montaigne, 1993: 80) Relativamente à caracterização literária

deste novo género, ouçamos a palavra pertinente de Eduardo Lourenço, esse exilado cultural na terra de Montaigne: “Poucos escritores se podem gabar de ter inventado um género literário [...]. Mas a invenção do ‘ensaio’ não é apenas um acontecimento de ordem literária, um achado feliz, entre outros, a colocar ao lado da ‘confissão’ ou das ‘cartas’. Consideram-se, com justiça, os Ensaaios como o lugar escrito ou o diário de bordo de uma aventura mais inaudita ainda que a de Colombo: a da descoberta do Homem como a sua própria América [...]. Na verdade, o escândalo reside aqui: Montaigne, desculpando-se com a sua ‘boa fé’ perante o leitor, oferecia-lhe, pura e simplesmente, esta coisa sem nome, mais incontrollável e desestabilizadora que todas as invenções humanas, que mais tarde se chamará *Literatura*. Sob a sua forma mais irresistível, aquela que o não merece por se apresentar, sem ser por conhecida estratégia retórica, como ‘não-ficção’.” (Lourenço, 1992: 40-41)

Esta segunda retórica, “romântica” ou literário-cultural, cujo período inaugural, no século XVI, acabamos sucintamente de caracterizar situa-se já não na esfera das necessidades do indivíduo, está ao serviço já não de cidadãos singulares, actores linguístico-retóricos ou seus clientes, mas da cultura que, por sua vez, passa a prestar um relevante serviço à política⁵. Três são os factores determinantes desta mudança: a deslocação da cultura das universidades e mosteiros para um público mais vasto, concentrado “nas cortes dos novos príncipes, mas também nos palácios comunais, nas residências burguesas, nas pequenas escolas de retórica e até penetrara nos atelieres artesanais [e que] suscitara, cada vez mais claramente, formas diferentes de comunicação e de expressão” (Garin, 1972: 71); a vulgarização da língua nacional por filósofos, escritores, historiadores e sábios, dando-se até o caso de “Giannozzo Manetti ou

⁵ “A cultura é uma componente importante da política. Daí o peso que toma a exigência de a difundir fora do círculo dos profissionais do saber: exigência que se concretiza no carácter cívico desta cultura; que se manifesta sob as formas e géneros literários; que se traduz institucionalizando-se nas escolas e nas ‘academias’; que se manifesta numa palavra em livros, primeiro pela multiplicação dos manuscritos, depois pela descoberta da tipografia, na Alemanha, e pelo seu desenvolvimento rápido, na Itália e em toda a Europa. Não se trata, pois, de nenhum acaso, se no dealbar do século XVI, os próprios impressores se transformam em núcleos de reagrupamentos culturais importantes.” Eugénio Garin, *O Renascimento. História de uma Revolução Cultural*, Porto, Telos Editora, 1972, p. 72. Este autor (*op. cit.*, p. 93) afirma ainda: “A cultura [s.n.] é um instrumento precioso para viver e brilhar nas novas cortes, para atrair a benevolência das damas, para progredir na carreira política, para assumir cargos militares. De elemento substancial que eram, as ‘letras’ tendem cada vez mais a transformar-se em elemento formal, ao serviço de exigências públicas concretas, intervindo na vida de grupos sociais determinados.” Este novo estatuto das “letras” e da cultura, ou seja, da retórica, vai ser directamente visado pela nova escola da época, o colégio renascentista.

um filósofo como Marsílio Ficino, escreverem muitas das suas páginas ao mesmo tempo em Latim e em *volgare*” (Garin, 1972: 71-72); e, por último, a rápida expansão da imprensa.

Definida desde sempre como a arte de persuadir, a verdade é que a retórica sempre alargou a sua influência a outros modos de falar – facto a que poderíamos bem chamar de equívoco retórico. Isto começa a verificar-se, de modo claro em Roma, com as escolas estatais de retórica implantadas por Quintiliano, tornado pelo imperador autêntico Ministro da Instrução. Contudo, esse equívoco acentua-se a partir do século XVI, com a diversificação das necessidades sociais às quais ela deve acorrer. Deste modo, vemos o Prof. Anibal Pinto de Castro afirmar que “A Retórica, embora definida muitas vezes apenas como a arte de bem falar, dava preceitos para todos os géneros em prosa, dos sermões às cartas, passando pelos discursos académicos, pela historiografia, pela novela e pela prática oral. A própria poesia não lhe ficava estranha.” (Castro, 1973: 8)

A retórica torna-se assim indispensável para a entrada dos alunos na Universidade onde adquire um espaço cada vez maior. Essa institucionalização cultural da Retórica deve-se ao facto de “o ensino deixa[r] de ter uma finalidade estritamente profissional” (Carvalho, 1986: 155), o que quer dizer que uma larga faixa da população, letrados e profanos, de profissões diversas, olha para o ensino, o mesmo é dizer, para a Gramática, para a Poética e para a Retórica, como instrumentos indispensáveis à vida comunitária, mas também individual ou pessoal. Com efeito, “o conhecimento da leitura e da escrita não é já, como outrora, uma simples introdução aos estudos jurídicos ou clericais, mas um instrumento indispensável aos numerosos agentes do comércio internacional, às comunicações a longa distância, que se multiplicavam, ao conhecimento da legislação escrita, cada vez mais volumosa e variável [...], às grandes concentrações urbanas em crescimento.” (Saraiva, 1955: 155) Essas necessidades alargavam-se a um elevado número de pessoas, na dependência dessa burguesia comercial, e, ainda, à própria vida cortesã na qual B. Castiglione, no início do século XVI, exigia a presença de um cortesão “versado nos poetas e não menos nos oradores e historiadores e ainda exercitado em escrever verso e prosa” (Saraiva, 1955: 157).

Entre nós, a Retórica e a Poética, com a introdução da pedagogia renascentista no Colégio Real das Artes, tomam o lugar da Filosofia Aristotélica, particularmente a Dialéctica, “na formação cultural dos candidatos às Faculdades universitárias” por serem “as únicas disciplinas capazes de fazerem desaparecer a *secura bárbara* da escolástica medieval” (Castro, 1973: 28). Prova disto

é o facto de metade dos 16 docentes do Colégio serem professores de Gramática, Retórica e Poética. A função da Retórica, segundo o Mestre Arnaldo Fabrício, ao pronunciar a *Oração* da solene abertura, e nas palavras de A. Pinto de Castro, é “uma função de comunicação social, docente e moralizadora” (Castro, 1973: 30-31). A razão avançada por esse nosso seiscentista estava no facto de nenhuma outra arte ou ciência estar tão presente na vida dos homens: da paz e amizade entre os povos à instrução das cidades, dos reinos e impérios à elaboração das leis, ao cumprimento das sentenças e à libertação dos oprimidos, da descoberta dos enganos e dos crimes à vingança das ofensas.

Apoiada nas línguas, Latim, Grego e Hebraico, a Retórica vê-se, no Renascimento, inserida numa concepção global de cultura e educação que contrasta fortemente com a da escolástica, reinante nas Universidades. Na verdade, essas disciplinas são vistas como a porta para o conhecimento da Antiguidade: a literatura e a cultura, mas também a história e a ciência. O objectivo perseguido é, na expressão de A. J. Saraiva, “substituir por uma interpretação filológica, histórica e crítica, o comentário tradicional do texto bíblico, formalista e dogmático” (Castro, 1973: 160). São duas as vias de influência da nossa disciplina: 1) a formação do espírito do escritor pelo fornecimento de um conjunto de regras, definições e esquemas formais; 2) a modelagem do espírito crítico do leitor por esse mesmo conjunto de regras, definições e esquemas. Deste modo, a retórica preside à produção discursiva e condiciona a leitura. Ao amenizar a secura do silogismo dialéctico, ao aumentar a dimensão literária da própria eloquência, ao trazer os textos originais dos autores antigos e ao acrescentar um modo claro, elegante e atraente de comunicar as matérias, “desprendia-se cada vez mais da madre Filosofia, para se manifestar numa teoria da prosa” (Castro, 1973: 32).

3. A ESCOLA

A escola correspondente à sociedade e à retórica estudadas tem entre os seus precursores Vittorino de Feltre (m. 1446) que, em Mântua, fundou o primeiro liceu humanista para os filhos de famílias insignes e da classe rica, isto é, os filhos e as filhas da aristocracia, cujo modelo foi imitado em toda a Itália (Macedo, 1989: 35). Do programa, faziam parte tanto uma formação científica como uma preparação linguística e matemática, segundo os cânones da Antiguidade. É deste ambiente que surgirá mais tarde o livro *O Cortesão* de Baldassare Castiglione, onde se apresenta, em toda a sua plenitude, a imagem do senhor da corte ideal, harmonioso e culto. O objectivo da formação “não se traduzia na transmissão de certos conhecimentos com determinada finalidade,

antes, pretendia tornar viável a abordagem dos mais diversos campos e a posse de uma cultura o mais universal possível, conforme ao *uomo universale* [...] como o encarnavam entre outros Leon Battista Alberti e Lorenzo de Valla.” (Macedo, 1989: 35) Mais tarde, o termo colégio designará estabelecimentos muito diferentes, desde pensões para alunos das faculdades das Artes até escolas criadas pelas cidades que não tinham universidade. Todavia, o típico colégio humanista do século XVI transforma-se num estabelecimento de ensino, situado entre as escolas elementares e a primeira das faculdades, a das Artes, da qual os estudantes saíam para a vida activa ou passavam às faculdades superiores de Teologia, Direito e Medicina (Corvisier, 1977 III: 52).

Entre nós, foi D. João III quem meteu ombros à tarefa de criar este tipo de colégio, realizada entre 1527 e 1537, no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, conduzida por Brás de Barros (Carvalho, 1986: 216). Segundo Rómulo de Carvalho, as informações relativas à reforma joanina são “avulsas”, dando-nos apenas “uma visão do que poderia ter sido a criação do ensino preparatório” (Carvalho, 1986: 216). Esta primeira tentativa de renovação do ensino secundário fracassou, o que leva o rei à criação de um colégio à imagem dos grandes colégios europeus. Assim nasceu o Colégio Real das Artes, tendo o rei ido mesmo buscar, para seu responsável, o mais categorizado “principal” de França, na expressão de Montaigne (Carvalho, 1986: 243), que era André de Gouveia, Director do Colégio de Guyenne, em Bordéus. É no Regulamento deste colégio, em parte importado de Bordéus e apresentado em 1547, que a Retórica aparece em força, nas três últimas das dez classes do curso de Latiniidade que incluía, ainda, o Grego, nas cinco últimas, e o Hebraico. As vicissitudes que envolveram o Colégio depois da morte do seu fundador, em Junho de 1548, quatro meses depois da sua inauguração, revelaram a cisão latente entre os docentes do colégio: os “parisienses”, formados em Paris e que já se encontravam em Portugal, e os “bordaleses”, que tinham vindo de fora e, como André de Gouveia, eram conotados com a oposição aos colégios e à Universidade da cidade luz, sendo mais tarde em Portugal objecto de “acusação à Inquisição de suspeitos de heresia” (Carvalho, 1986: 258).

Uma das características da escola humanista é o seu surgimento à margem das universidades que, mais tarde, vai mesmo influenciar. Uma outra é a sua abertura não apenas aos filhos das grandes famílias, “mas igualmente a jovens de origem modesta, que por sua vez virão a tornar-se professores ou funcionários públicos” (Carvalho, 1986: 88). Por fim, salientemos as alterações curriculares e metodológicas introduzidas de acordo com as novas funções sociais a desempenhar. Propedêutica da Universidade – ensino superior, em relação ao qual ela constituía um ensino preparatório, isto é, um nível inferior –,

esta escola estava dividida em ciclos de estudo, dos quais o primeiro, com a duração de quatro anos era também referido como sendo de *Humanidades*, compreendia o estudo das línguas (Latim, Grego e Hebraico) e das literaturas (Poética e Retórica), concedendo o grau académico de bacharel, de licenciado e de mestre em Gramática e designando-se os respectivos graduados “gramáticos”; e o segundo, ou das *Artes*, também ele com a duração de quatro anos, incluía a Lógica, as Súmulas (ou “resumos” de Lógica) e a Filosofia.

O objectivo desta escola é a formação do cortesão, cujo ideal já não era “o cidadão de uma república livre, mas sobretudo o homem de corte, ao serviço dum príncipe e seu colaborador, capaz de conversar bem e se comportar bem, de agir e de se impor na sociedade” (Garin, 1972: 93). O que este homem renascentista procurava na escola era o mesmo que procurava nas bibliotecas, nas academias, no livro, agora impresso: “meios de libertação espiritual, conselhos de sabedoria política, bases e métodos para uma visão mais realista da natureza” (Garin, 1972: 93), isto é, do mundo novo e de si próprio nele. Cidadão, homem de ciência, artista, técnico, homem do mundo, funcionário zeloso e outras, eram algumas das muitas saídas para que devia apontar essa formação geral. É que a educação humanista procurava uma totalidade capaz de tornar o homem não apenas apto para tudo, mas para ser, na medida do possível, tudo.

Poder-se-á pensar, até pela origem da maior parte das nossas fontes, que esta realidade referente aos colégios renascentistas se situa lá longe, afastada do que se passa, à época, em Portugal. Contudo, as informações que poderíamos avançar fornecer-nos-iam uma outra ideia. É que, esses colégios, entre nós, não só eram em elevado número como se regiam pelos mais conceituados estabelecimentos de ensino por essa Europa fora, dela recebendo muitos dos seus ilustres mestres e “leitores” de vários cursos e disciplinas, como podemos observar pelo conteúdo de alguns testemunhos acima de qualquer suspeita. É o caso de Nicolau Clenardo, humanista flamengo, mestre notável da Universidade de Lovaina, onde André de Resende foi seu aluno, e que veio para Portugal como professor do Infante D. Henrique, irmão de D. João III, e futuro Cardeal-rei⁶. Esta imagem positiva dos nossos colégios renascentistas tem a suportá-la uma plêiade de mestres nacionais e estrangeiros cujo currículo contempla a frequência, quando não a docência, nos colégios europeus de mais nomeada. É o que acontece com Frei Brás de Barros e Frei Diogo de Murça, enviados por

⁶ Este professor, tendo visitado o colégio de Santa Marinha da Costa e assistido a algumas aulas, comunica a sua impressão em carta a pessoa amiga, afirmando: “Assisti às lições de todos eles [professores] e quiseram-me parecer bastante desempoeirados no seu assunto.” (Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, p. 231).

D. Manuel para Paris, provavelmente em 1517 e mais tarde graduados em Teologia por Lovaina. Deles trouxeram a formação pessoal, mas também os conteúdos e os métodos, a disciplina, a pedagogia e os ideais da época que bem necessários eram para a renovação que se impunha. Os sucessos destes fortes investimentos pedagógico-didáticos, para além do reconhecimento de alguns estrangeiros como já observámos, parecem ter deixado satisfeitos os seus impulsionadores.

PARA CONCLUIR

A unidade a partir da tríada sociedade-retórica-escola apresenta-se, assim, como natural na abordagem do devir histórico dessas três realidades. O triângulo constituído a partir delas permite-nos analisar de forma minuciosa e contínua as configurações concretas que, na nossa perspectiva, se reduzem a três. Noutras abordagens, porém, poderão multiplicar-se em função dos períodos e dos dados recolhidos e em análise. Importantes parecem-nos a pertinência e a relevância do método, a seguir no tratamento a dar aos dados seleccionados e tomados como objecto dessa análise.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Fortunato de, 1969, *História da Igreja em Portugal*, Porto, Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- Barros, João de e Murta, Guerreiro, s/d., *Como se devem ler os escritores modernos*, Lisboa, Liv. Sá da Costa.
- Carvalho, Rómulo de, 1986, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, Aníbal Pinto de, 1973, *Retórica e Teorização Literária em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.
- Corvisier, André, 1977, *História Universal. O mundo moderno*, Círculo de Leitores, Vol. III.
- Garin, Eugénio, 1972, *O Renascimento. História de uma Revolução Cultural*, Porto, Telos Editora.
- Godinho, Vitorino Magalhães, 1963, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Arcádia, Vol. I.
- Gravelli; B.M., 1991, *Manual de retórica*.

- Lorian, Alexandre, 1991, *Rhétorique et mise en prose au XV^e siècle, Actes du VI^e Colloque International sur le Moyen Français*, Milan, 4-6 Mai 1988, Milão, Vita e Pensiero, Vol. II.: "Pléonasme et périologie: le récit redondant au XV^e siècle".
- Lourenço, Eduardo, 1992, "Montaigne ou a vida escrita" (in *Expresso, Revista*, de 12 de Setembro).
- Macedo, Jorge Borges de, 1989, *História Universal*, (adapt. e rev.), Círculo de Leitores e Bertelsmann Lexikothek Verlag GmbH, Vol. III.
- Ménager, D., 1968, *Introduction à la Vie Littéraire au XVI^e Siècle*, Paris, Bordas.
- Orvieto vide Gravelli, B. M..
- Plutarco, 1870, *Oeuvres Complètes et Oeuvres Diverses*, Trad. Victor Bétolaud, Paris, Librairie Hachette: "Comment il faut que le jeune homme écoute la lecture des poètes".
- Saraiva, António José e Lopes, Óscar, 1976, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 9^a ed.
- Silva, Agostinho da, in *Montaigne, Três Ensaio*s, Lisboa, Vega, 2^a ed.
- Wolff, Hélène, 1991, "Prose historique et rhétorique. Les Chroniques de Chastelain et Molinet", in *Rhétorique et mise en prose au XV^e siècle, Actes du VI^e Colloque International sur le Moyen Français*, Milan, 4-6 Mai 1988, Milão, Vita e Pensiero, Vol. II.